

1ª Sessão

Conferência/Debates

Fundamentos Pedagógicos e Educacionais do Ensino de Português

Prof.Dr. Carlos Maciel da Cunha

Cada palavra desse título foi escolhida com certo cuidado pelo seguinte: quando eu uso a palavra fundamentos, eu estou querendo dizer que o ensino tem duas superfícies, dois lados - um, exterior, da ação, da práxis; e outro, subjacente, interior. Então, a indagação que eu proporia para a nossa reflexão de hoje é: em que medida nós, como docentes de classe, mergulhados na ação, na atitude, na práxis, nos gestos exteriores, a gente esquece aquilo que está por baixo e que talvez comande aquilo que a gente faz por cima? Este é o primeiro ponto de indagação - e daí a palavra fundamentos.

Depois, fundamentos educacionais e pedagógicos. Na nossa vida profissional a gente lida com determinados conceitos, determinadas palavras que, me parece, vão-se esvaziando pela rotina, pela intensa aplicação. Graças ao emprego costumeiro, essas palavras vão perdendo o seu conteúdo. Então, eu me recordo de um verso de Mallarmé em que ele diz que é preciso "dar um sentido mais puro às palavras da tribo". E na nossa tribo de ensinadores, especialmente na nossa tribo de ensinadores de português, há determinadas palavras que vão perdendo um pouco esta sua força, seu conteúdo, e a gente emprega essas palavras como diz "bom dia", como diz "oi", como diz "olá", sem muita conexão exterior-interior, sem trânsito de dentro pra fora e de fora pra dentro. Eu vou especialmente focalizar cinco dessas palavras: EDUCAÇÃO

PEDAGOGIA

DIDÁTICA

METODOLOGIA

INSTRUÇÃO

Nós temos dado certos passos importantes na nossa práxis acadêmica. Hoje em dia, o conferencista não é dono da verdade. Neste momento eu tenho dois companheiros aqui que estão "espiando" os meus atos, especialmente porque as palavras acima são próprias da área deles, e isso é bom porque poderemos discuti-las, debatê-las. Evidentemente os meus conceitos vão ser muito ingênuos, muito elementares; isso é bom, porque eles poderão dar um sentido mais puro às palavras da minha tribo.

Terceira coisa: fundamentos educacionais e pedagógicos do ensino de português. A gente fala "ensinar português". O que seria ensinar e o que seria aprender? O que é ensinar e aprender português? Tomando os velhos manuais, a gente encontra: aprender é mudar de comportamento, é adquirir comportamento. Eu já recuso a priori essas definições que relacionam aprendizagem e comportamento. Me parece que essa linguagem é muito própria para máquinas e para animais, mas não muito própria para homens.

É normal que um professor saia da Faculdade e diga: agora eu tenho um diploma, agora eu sei, agora eu vou ensinar. Então, um outro ponto de reflexão é: em que medida um professor é aquele que está sempre aprendendo? Que tem que aprender? Eu pergunto o seguinte: aquele que sempre ensina aprende a aprender? Aquele que sempre ensina talvez nunca tenha tempo de aprender. Se não tem tempo de aprender, como é que vai ensinar? Há um círculo vicioso aí que a gente pode examinar, sobre o qual podemos refletir um pouco. Eu me pergunto o seguinte: um professor que não aprende, que não estuda, que não tem a disponibilidade para renovar, para reabastecer-se, como é que vai ensinar?

Outra "verdade" muito aceita: de um modo geral, o aprender é algo que vem do lado de fora, entra dentro de mim e aí fica. Essa noção de aprendizagem parece ser uma noção intensamente paternalista. É como nós, intelectuais, fazemos exatamente com o povo. Nós supomos que na cabeça do povo não existe nada, então queremos colocar nela alguma coisa.

Essa é a aprendizagem que vem de fora e vai pra dentro. A pergunta que eu faço é: a verdadeira aprendizagem não seria o despertar do que há dentro de nós ? Uma nova correlação de forças, de ideias, de idéias, de sentimentos, de afetividade ? É comum o professor dizer assim: eu tenho uma "burrada" de alunos ! Talvez não sejam tão burros os nossos alunos. Talvez nós é que estejamos tocando na tecla inadequada. Talvez haja muita coisa dentro dos nossos alunos, se a gente mudar a noção de aprendizagem: alguma coisa que vem de dentro e que vai pra fora.

A nossa disponibilidade interior para aprender é que me parece o essencial numa comunidade acadêmica, numa comunidade popular, numa comunidade de pessoas humanas. Nesse sentido, o Setor de Português da Faculdade de Letras está de parabéns. Esta semana, mesmo que não fosse um momento adequado para aprender, certamente é um símbolo e é um índice. Esta semana significa que nós estamos dispostos a repor em questão aquelas coisas que nós dizemos e fazemos; que nós estamos dispostos a reaprender, a aprender ou até a desaprender muitas das nossas práticas.

Vamos continuar a focalizar a questão do aprender. O ato de aprender me parece uma coisa muito contraditória. É uma exigência fundamental do ser humano - do ser biológico, do ser moral, do ser social, do ser espiritual, do ser político. Aprender é um ato de fascinação. Todo mundo quer aprender. A própria criança, quando aprende a andar, a gente sente que ela está fascinada com a aprendizagem. Tanto ela está fascinada, que ela repete. Com o risco de cair e de bater a cabeça na quina de uma cadeira, ela repete. Existe uma fascinação. Essa fascinação do aprender a falar, do aprender a escrever, do aprender a se comunicar, do aprender a andar perdura até um determinado momento da vida da criança. Há um determinado momento em que a criança começa a encarar a aprendizagem como alguma coisa de maçante; e isso se dá quando a criança já está na escola. Eu não sou técnico nesses assuntos, mas eu sei que, em um momento, aprender é ótimo, e há um momento em que aprender é hor-

rível. Eu já procurei situar isso: deve estar por volta da 3ª ou 4ª série do 1º grau, por aí. E a Escola deve ter algo a ver com isso.

O que torna a aprendizagem tão maçante ? Por que será que, a partir de determinado momento, aprender significa uma rotina cansativa, de sintegradora da personalidade e desencantadora ? Desencantadora para os alunos e para os professores ? O jeito que eu vejo de deslindar esse problema é a gente rever a noção de sistema e processo. As minhas definições são sempre muito ingênuas: sistema é um conjunto subjacente de regras; processo é o funcionamento superjacente desse conjunto. Vamos dar um exemplo. No fórum, existem aquelas atividades que se chamam processos — o nome é muito adequado. Processo quer dizer atividade jurídica que se realiza dependendo de um "corpus" doutrinário, de um "corpus" de princípios chamado leis. Essas leis, esse "corpus", esse conjunto de regras subjacentes, que são as mesmas para todos os processos, esse conjunto é o sistema. E os processos, todas as atividades que se realizam obedecendo a esse conjunto de leis. Todas as partidas de futebol do mundo se regem pelo mesmo conjunto de regras, isto é, pelo mesmo sistema. Agora, os processos são inumeráveis.

Aplicando isso ao ensino-aprendizagem, a gente pode indagar: o que seria o sistema; sistema educacional; sistema de ensino e aprendizagem ? Todo mundo, quando pensa em sistema educacional, olha pro governo, pro MEC, pro CEE, pra Secretaria de Educação, pra Delegacia de Ensino, para os Supervisores, para o diretor da escola, etc. Quais são as leis ? Essas leis, oriundas do governo, dos organismos oficiais formam realmente um sistema, um sistema educacional. Mas, paralelamente a esse sistema educacional, digamos assim, ao sistema educacional oficial do Brasil, existem os sistemas. O povo, por exemplo, tem um sistema educacional. Só que esse sistema educacional do povo não está ainda totalmente institucionalizado, porque, no dia em que estiver, vai superar o do MEC pela sua sabedoria, pela sua adequação, pelo senso de realidade, etc. Ainda existem os sistemas

educacionais de cada professor, quer dizer, a visão do mundo que cada professor tem ao entrar numa sala de aula; a visão de cada escola, con tanto que a escola tenha um mínimo de identidade ideológica, filosófica e sistemática. E, falando nisso, é até bom perguntar: qual é a iden tidade filosófica da Faculdade de Letras? Em outras palavras, pra que é que ela existe? Algum aluno já se perguntou isso? Os professores já se perguntaram isso? Pra que ela existe? Lembremo-nos de que as coisas se definem é pelo sistema subjacente, não pelo processo.

Agora, no ensino e na educação, o processo engloba todas as ati vidades: as aulas, os exercícios, as conferências, os debates, as rey niões. São processos montados em um sistema - no sistema oficial, no coletivo, no sistema da comunidade, no sistema individual. É claro que o sistema comanda o processo. Seria ingenuidade tentar corrigir, no processo, falhas que decorrem do sistema. Seria o mesmo que tomar ana gésico para curar dor-de-cabeça. Na realidade, cura o processo, mas não cura o sistema, que é a causa mórbida interior no indivíduo. Por isso é que se tem tanto cuidado no Brasil em não se deixar tocar no sistema. Qualquer um pode fazer o que bem entender, mas, se tocar no sistema, po de ser preso. Porque o sistema tem de ser intocável, para que ele possa permitir os diversos processos escolhidos por aqueles que mandam. O go verno até emprega palavras especializadas: o que é um subversivo? Um subversivo não é aquele que depreda árvores. Isso é apenas um processo. O subversivo é aquele que atinge o sistema, que fala que nós vivemos nu ma ditadura. Isso mexe com o sistema. Então, esse vai ser preso po r que atingiu o sistema. Não é simplesmente jogar uma pedra que é grave; não é grave simplesmente xingar um presidente ou vice-presidente - o que é grave é atingir a própria estrutura do sistema, porque é o sistema que permite toda essa amplitude de processos queridos pelo governo. Então, está incluída no sistema a visão de mundo. Boa pergunta que os alunos ' podem fazer aos professores: qual é a visão de mundo de cada professor?

Está incluído no sistema aquele probleminha assim: que tipo de aluno eu quero formar? Quando eu entro numa sala de aula, ou não vou apenas administrar uma matéria, uma disciplina. Então não vou simplesmente ensinar concordância do verbo com o sujeito, ou o relacionamento do verbo com o objeto direto ou indireto. Ao fazer isso, eu estou denunciando um sistema. Esse é o ponto capital, me parece, do nosso ensino. Ao entrar numa sala de aula, eu estou anunciando e denunciando um sistema. Aqui neste ponto, nós vamos parar um pouquinho.

É impossível dar uma aula sem transmitir ao meu aluno, além daquela matéria específica, alguma coisa que pertence ao sistema, que é mais profundo e que, provavelmente, vai ficar mais na sua mente e no seu coração. O que passa pela minha atitude, pelo meu modo de ver o mundo é que é transmitido aos alunos, ainda que eu não diga, ainda que eu queira esconder. Existe, então, uma ideologia subjacente, existe um sistema de princípios, um conjunto de valores, um conjunto de crenças - crença na humanidade, crença em Deus, ou crença nos homens ou no mundo - um conjunto de metas aonde eu quero ir e que está por baixo de qualquer aula, por mais técnica que esta aula seja. É isso, eu acho, que nós, eu e meus colegas de Português, temos de definir. Há dois anos que estamos pelejando com isso, em aulas, em reuniões, em debates; há dois anos. Talvez seja este o momento de se definir isso e de se começar a brigar com aquelas palavras que eu propus enfrentar. Vamos tentar defini-las.

Eu chamaria de Educação todos os princípios referentes à formação do homem, enquanto animal e racional. É evidente que a Educação, como a estou definindo, está muito mais do lado do sistema do que dos processos. Do ponto de vista da formalidade, a Educação existe tanto num nível formal, quanto num nível informal; e, do ponto de vista do pensar e do agir, a Educação está muito mais do lado do pensar que do agir.

A Pedagogia, como eu defino, são os princípios referentes à formação do homem em situação de ensino e aprendizagem. A Pedagogia é um siste

ma, é formal, mas não é informal, e é sobretudo um pensar. Eu sei também que é um agir; depois volto a isso. Mas a Pedagogia é muito mais ' um sistema, formal, que está do lado do pensar, mais do que do agir.

Já a Didática fornece os processos de aprendizagem para a Pedagogia. A Didática é mais um processo, ela é formal, e é mais um agir.

Em auxílio à Didática ocorre a Metodologia, que lhe fornece os métodos de ensino - é processo, é formal, é mais um agir.

E a Instrução é um caso concreto de Metodologia: é processo, é formal e é do agir.

É preciso notar o seguinte: essas definições têm de ser entendidas com bastante flexibilidade. Elas se situam num "continuum", isto é, não há uma oposição radical entre Didática e Instrução, entre Educação e Pedagogia, etc.; as coisas começam a ser educação e evoluem até se tornarem instrução ou vice-versa. Não se trata de definições maniqueístas: não é exatamente isto ou aquilo. Felizmente, as atividades humanas são muito complexas e, se assim não fossem, o governo já teria colocado um computador na nossa vida. Na verdade, nós temos de dizer; é isto e é aquilo. Por exemplo, um instrutor de auto-escola pode ter uma grande subjacência educacional - depende dele, depende do aluno dele. Ao ensinar ortografia da Língua Portuguesa, na verdade eu estou agindo num grau instrucional, mas eu não posso perder de vista nem a Metodologia da qual eu preciso para ensinar, nem a Didática dentro da qual eu ensino, nem a Pedagogia para saber para que eu ensino e nem a Educação. Aqui nós chegamos a uma primeira noção do que é ser professor de português: é aquele que não pode ser mero instrutor, ainda que o deva ser por vezes. É aquele que não perde a visão educacional, a visão pedagógica, ainda que esteja instruindo. E também não perde a visão instrucional, ainda que esteja nos altos pensares educacionais, porque também a gente não pode cair no inverso. O professor tem de instruir; o aluno tem de aprender o dialeto culto. Aliás, o dialeto culto não é só uma necessidade para o povo - ele é um direito do povo, pelo

menos para que este possa desmitificar a língua do poder. Para ensinar o dialeto culto, eu tenho de me valer da instrução, mas dentro de uma subjacência educacional. Eu não posso, como professor de Português, ser mero instrutor; não posso crer que a minha aula se resume apenas ao ensino do que é sujeito, objeto direto, indireto, etc. A minha aula não termina aqui. É aí que ela começa. Porque o professor de Português é aquele que tem de extrair a subjacência educacional do item mais técnico e mais instrucional.

Baseado nisso, eu tenho de deduzir, desse sistema - educação e pedagogia - e desse processo - didática, metodologia e instrução - o que eu chamo de metas educacionais e de objetivos. As metas, evidentemente, são ligadas ao domínio educacional e pedagógico - elas são o meu ideal educacional. São os meus endereços para onde eu vou caminhar; são os rumos que eu vou dar à minha aula. Mas, como as metas são ideais, é evidente que eu nunca vou chegar a elas, mas sempre caminho em direção a elas. Elas são como os conceitos ideais de liberdade, bondade, felicidade, etc. Liberdade é um caminho que a gente percorre; ninguém nunca será suficientemente livre. Eu a defino com os meus atos, com a minha prática, a minha práxis, o meu processo e com o meu sistema. A felicidade, semelhantemente, não é um estado adquirido, mas um estado permanentemente por adquirir. Assim também, os ideais educacionais são estados por adquirir, para os quais a gente caminha. E como caminhamos? Através dos objetivos, formulados primordialmente no âmbito da Didática, da Metodologia e da Instrução.

Há muito tempo a pedagogia brasileira vem lidando com os objetivos observáveis, como os tais da pedagogia instrucional, a pedagogia do sucesso. Há muitos colégios montados em cima da pedagogia do sucesso, que garante a universidade para os filhinhos de papais, à elite. Toda essa pedagogia do sucesso, evidentemente, é uma pedagogia instrucional e metodológica e didática, porque é uma pedagogia sem compromisso educacional-sem

compromisso explícito, porque tem um grande compromisso implícito, que é o compromisso com a conservação do "status quo".

Sem metas não há ensino fecundo.

Sempre que um professor não confessa as suas metas, é porque elas são inconfessáveis. Por isso é que não há educação neutra. Eu já me cansei de ouvir de colegas meus: "eu sou só professor, eu não sou político". Burrice consumada, a meu ver, pois não há possibilidade de alguém ser só professor. Se alguém não está servindo a um sistema explícito, está servindo a um sistema implícito. E, às vezes, esse alguém nem deseja esse sistema implícito, mas está servindo. Talvez seja esse o ponto fundamental do ensino de Português. Se meu objetivo é ensinar a meus alunos a grafia das palavras com g ou z / ss ou ç, objetivo este observável, é evidente que eu posso correlacionar esse objetivo instrucional com uma visão pedagógica, com uma visão educacional. Eu posso, inclusive, definir o caráter sistêmico ou não sistêmico da ortografia brasileira. Eu posso discutir com o meu aluno a necessidade de se grafar determinada palavra com ss ou sc pela necessidade do dialeto culto. Eu posso discutir com ele quais são as exigências cabíveis e descabíveis do sistema ortográfico, que é um sistema normativo. Posso discutir com ele as exigências cabíveis e descabíveis da normatividade social, necessária, mas, às vezes, exagerada. Eu posso discutir com ele as fontes de normatividade: de onde emanam as leis que regem a nossa normatividade. Eu posso discutir com ele o conceito de legalidade e de legitimidade. Nem tudo que é legal é legítimo; e nem tudo que é legítimo é legal. Veja-se, então, como é que um simples assunto da área de ortografia pode me levar a perceber toda uma visão educacional. Se eu mando meu aluno dividir um texto em partes, é a estrutura do texto que está em jogo. Por que então eu não posso perceber ao mesmo tempo a estrutura do indivíduo, a estrutura da sala de aulas, a estrutura do colégio, a estrutura da sociedade? O que ocorre no texto

é o que ocorre na sociedade: é a correlação de partes, de elementos, e a relação ascensional de elementos. Se eu distingo o texto em partes, eu posso distinguir a sociedade em partes, examinar o relacionamento dessas partes.

As vezes o aluno está profundamente descontente com o colégio em que ele estuda; é esta, então, uma ótima oportunidade para ele pôr pra fora o seu descontentamento.

Talvez, fazendo isso, estaríamos pondo fim ao terrível "estrangulamento gramatical" (*), que consiste no seguinte: o aluno estuda onze anos a mesma coisa, entra na Faculdade e sai da Faculdade sem saber. Ora, tecnicamente, bastavam dois anos para aprender todos os itens de gramática normativa a que nós dedicamos doze anos, e os alunos não aprendem. Chegam à Faculdade querendo "um pouquinho de gramática" e à Pós-Graduação reiterando a necessidade de uma "revisão da gramática". Dois anos seriam suficientes.

Há alguma coisa de sério nisso ! Não é por incompetência do aluno que isso acontece. Me parece que é pela inteligência do aluno, pelo seguinte: existe em todos nós uma parte sã, felizmente, que resiste às pressões, às besteiras. Do modo como esse ensino é feito, sem metas, sem raízes, o aluno resiste. Então por que continua ? Ele resiste e insiste. É porque o aluno sabe que dá pra passar de ano . O jeito é dar um sentido a essas coisas que fazemos, porque elas têm de ser feitas. Agora, têm de ser feitas dentro de um certo plano, de uma certa perspectiva pedagógica e educacional. Eu não esqueço o dia em que uma aluna minha me contou que um aluno seu, um pivete, lavador

(*) LIMA, Rosângela Borges & CUNHA, Carlos Maciel da: *Guia Pedagógico Metodológico, para a Série Criatividade em Comunicação*. Belo Horizonte, Vigília, 1980, p. 12.

de carro, lhe perguntou: "Professora, por que eu tenho de aprender isso, se eu vou morrer lavando carro"? Minha aluna saiu da sala chorando. E o caso é de chorar, porque nós não temos resposta para essa pergunta. O nosso ensino é para o aluno rico que vai passar no vestibular e vai oprimir os futuros pivetes lavadores de carro. É para isso o nosso ensino. Enquanto nós não encontrarmos um ensino que seja para o pivete, essa Faculdade não terá encontrado a sua identidade. Por isso é que eu acho: a Faculdade tem de se dedicar a promover o ensino, no plano educacional, pedagógico e didático. Não para os alunos que ela tem, mas para os alunos que ela não tem, para o povo que nos paga, para o povo que me paga como professor e que paga o ensino para os alunos. Se a Faculdade não puder pensar nesse povo, se não tivermos nada a oferecer-lhe, a dizer-lhe, o povo quando assumir o poder vai interpretar o nosso silêncio como a suprema agressão. E esse tipo de Faculdade vai desaparecer da América Latina, e tomara que desapareça logo.

É preciso examinar ainda o aspecto técnico do nosso ensino. Existe um tecnicismo exagerado no nosso ensino. O fazer suplanta o pensar. Posso levantar uma lista de coisas que a Escola leva a fazer: o aluno faz correlações, faz cálculos, faz silogismos, faz currículos, faz projetos, faz planos, faz fórmulas, faz frases, faz texto, faz concordância, faz regência, faz ciência...mas não faz pensamento. É um fazer desvinculado de metas. É uma Escola de adestramento, dentro da visão governamental que quer que a Escola reproduza as forças de trabalho; mas só as forças de trabalho. Não se pode reproduzir nada além disso, sob o risco de se ir para a cadeia. A Escola, que deveria produzir uma consciência, reproduz uma ciência. Esse é o grave pecado da Escola. É a ciência do fazer. Note-se que no MEC, há uns tempos atrás, na época do famigerado MEC-USAID, usava-se até uma terminologia assim: alunado, professorado, adestramento — pensava-se em adestrar homens assim como se adestram cavalos. Quando se abole o pensar, quando se abolem as metas,

a pólis é um dado outorgado. Quer dizer, a cidade dos homens é um dado outorgado, isto é, as nossas crenças, os nossos valores, os nossos ideais, não somos nós que os produzimos, mas é alguém que os produz e os incute em nós para que os reproduzamos. Então, as metas e a pólis são outorgadas, a realidade é outorgada. Daí, a ausência de política de ensino. Porque a política é a ciência que decorre da pólis, é a ciência que faz pensar em torno da pólis, em torno da comunidade, em torno das metas. Quando nós já recebemos tudo isso pronto, estamos dispensados de pensar e, portanto, estamos dispensados de fazer política. E quem nos dispensa? Os donos do poder que temem o nosso pensar e querem nos reduzir a ingênuos transmissores de recados de que não somos autores.

É por isso que existe na Escola um processo de infantilização. As pessoas se tornam crianças na escola. Crianças não no sentido do Evangelho, mas crianças no sentido de débéis sem voz. Isso é mais notável no caso de alunos de 2º grau ou de alunos de faculdades particulares, que são muíto mais pobrezinhos. Os alunos só faltam beijar a mão do professor. São pessoas competentes fora da escola: choferes de táxi, jornalistas, empregados do comércio, da indústria, gente competente fora da escola; quando entram na escola, ficam bobos. Esse processo de infantilização é muito útil para todo mundo. É muito útil para os alunos, porque a criança tudo se perdoa; e é muito útil para os professores, porque a gente tem um alunado dócil. O professor, nesse sistema, adota a infantilidade do aluno, toma-a como um dado concreto e faz o ensino proceder disso, o que é um erro terrível.

E, finalmente, o que seria ainda específico do professor de Português? A primeira tarefa do professor de Português é a tomada de consciência da nossa profissão. Quase todo professor de Português tem complexo de não ser professor de Linguística ou complexo de não ser médico. E eu pergunto ao distinto auditório se os alunos de Letras estão aqui porque não puderam frequentar uma escola de medicina. Então, a especifi

cidade do ensino de Português só pode decorrer de uma opção que eu faça por esse ensino.

Em segundo lugar, a visão oficial, o sistema oficial não nos ajuda muito. Veja-se, por exemplo, um dado curioso. As Faculdades de Educação formam os especialistas de educação: supervisor, inspetor, orientador. Daí decorrem dois fatores básicos: se os especialistas estão e numerados, resta que nós, que não estamos na lista, não somos especialistas. Em segundo lugar, o interessante é que só entra em sala de aula, para dar aula, quem não é "especialista". Uma conclusão básica é a se seguinte: a intenção do sistema oficial é evidente. "Coincidentemente", o supervisor mexe com o professor; o orientador, com o aluno; e o inspe tor com o funcionário. Com isso, as áreas ficam todas policialmente co bertas. Felizmente, há brechas no sistema, pois vários supervisores são inteligentes, muitos inspetores e orientadores são inteligentes, furam, abrem brechas no sistema. Curiosa é a comparação que podemos fazer: quan do dizemos "os homens vêm aí", entendemos "a polícia vem aí"; quando se diz "as mulheres vêm aí", entende-se "as supervisoras vêm aí". Parece-me, entretanto, que nós não temos de jogar pedras nas supervisoras; ao contrá rio, temos de atraí-las para o nosso lado, porque, certamente, elas estão do outro.

Um outro ponto no qual eu gostaria de tocar é o seguinte: a preten sa neutralidade da ciência. Nenhuma ciência é neutra. Se os homens que fizeram a bomba atômica ou a bomba de nêutron tivessem feito algumas per guntas e as tivessem respondido - pra quê ? pra quem? -, é certo que não teriam consumado o seu feito. Situação análoga nós enfrentamos aqui nes ta Faculdade. Uma boa teoria lingüística não resolve o problema do mundo. Fazer ciência só é importante na medida em que eu coloco dois adjuntos ad verbiais: para quê e para quem. Eu fico irritado de ver um curso de Socio lingüística nesta Faculdade sem uma palavra sobre o Brasil. Isso é impen sável e, se ninguém protestar, daqui a pouco não sei onde vamos parar.

Creio que são os professores de Português que vão ter de se assumir como professores e que vão ter de optar por serem professores de Português. Ser professor de Português significa um papel fundamental na Pólis; é ser mais importante do que ser médico, engenheiro, se é que nós temos de comparar as coisas. É mais importante, porque nós lidamos com alguma coisa de mais delicado, de mais construtível e de mais destrutível. Lidamos com algo muito mais perene, que é a história da vida humana, que é a história do nosso aluno. Eu tenho é de perceber que, na minha sala de aula, eu tenho pessoas humanas que poderão, de alguma maneira, deflagrar um processo de criação a partir da minha aula. Não que eu crie no lugar do aluno, mas eu posso abrir espaços. Nós temos é de assumir o ensino do ensino. É inconcebível que nós ensinemos o Português aqui e a Faculdade de Educação ensine a ensinar o Português. Trata-se de um ensino fragmentado, desossado. Já houve uma época aqui no Brasil em que se dizia que, para se ensinar a Didática de uma determinada matéria, não é preciso saber essa matéria. Felizmente, não se diz mais.

Eu estou tentando postular para esta Faculdade o direito e o dever de ser um centro de pensamento em torno da educação popular. Em vários lugares do país já se pensa na educação popular, exceto na Faculdade de Letras. Uma educação para os 80% de pobres e não para os 5% de ricos e para os 15% de médios que querem ser ricos. Para isso é preciso que nós repensemos a nossa profissão, que nós percamos o nosso complexo de inferioridade, que nós façamos perguntas de origem educacional e pedagógica para, em consonância com essas perguntas, além da didática, da metodologia e da instrução, tomarmos conhecimento da especificidade do ensino de Português. Com isso eu termino - a especificidade: o valor da linguagem re feita no seu poder e não apenas na sua metodologia, na sua técnica. O valor da linguagem como desmitificadora da língua do poder, como promotora do espírito crítico. Afinal, nós temos de abrir espaço, como professores de Português, à liberação das emoções e das potencialidades, pois a nossa

disciplina é a que mais permite o percurso instrução-educação e educação-instrução; abrir espaço ao enriquecimento da sensibilidade e à formação do cidadão para uma pólis enfim recuperada para uma nova cidade dos homens. Processo que permite às classes humildes a apropriação do seu saber e da sua consciência.

Evitemos todo o escapismo didático e metodológico. A didática e a metodologia vão decorrer necessariamente de uma nova visão do ensino. O que é preciso mudar é o nosso interior, as nossas mentes e os nossos corações. Nós que não somos "especialistas" da educação, nós, que assu mimos as greves e a polícia nas ruas; por que não assumir a educação tam bém ? O que nos irrita e o que nos cansa e nos desencanta é fazer de conta, é o ter de encobrir alguma coisa que já está saindo pelo ladrão, ou seja, que a escola já não está vinculada à realidade. Como professo res de Português, nós temos de reivindicar muitas coisas. Vamos primei ro nos mudar, para termos autoridade. Por exemplo, é impensável a equi paração de carga horária de Inglês com a carga horária de Português nes ta escola, pelo menos até que se defina qual é a língua materna.

Um trecho do Evangelho tem a ver com a especificidade do ensino de Português: Cristo falava ao povo em parábolas, aos escribas e fari seus em xingamentos e aos comerciantes com chicotes. Aos escribas e fa riseus ele disse: "No dia do juízo, os homens darão conta de toda pala vra vã que houverem proferido. É por suas palavras que vocês serão jus tificados ou condenados". O professor de Português é o professor da pa lavra. Talvez a grande especificidade do professor de Português esteja nisso: distinguir e combater a palavra vã. E o velho Riobaldo dizia, em Grande Sertão: Veredas: "Mestre não é quem sempre ensina, mas quem de re pente aprende". Por que é que todos não se reúnem para sofrer juntos e vencer de uma vez ? Esta é a proposta.

D E B A T E S

I. Prof.Dr. MIGUEL ARROYO (Fac.de Educação da UFMG)

Por que estamos tão preocupados em nos reencontrar numa dimensão política ? Eu acho que estamos tão preocupados porque houve, nos últimos quinze anos, uma tentativa, um esforço, por parte, sobretudo, do Estado, dos tecnocratas, de pensar, por nós, a educação. Eles nos privaram desse direito. Nesse período, qualquer um, com exceção dos educadores, pensou a educação. E pensou numa perspectiva tecnocrática, tentando despolitizar o ato educativo, o ato de ensinar, o ser pedagogo, o ser professor, querendo convertê-lo num ato puramente técnico. Mas por que isso ?

Sem dúvida há um fundamento muito sério nesta tentativa de nos despolitizar, que é usar a educação numa dimensão política específica, colocar a educação a serviço do treinamento de recursos humanos para o desenvolvimento. O problema não era educar, mas sim treinar a grande massa para ser introduzida no mercado de trabalho que exigia o desenvolvimento capitalista, implementado ou incrementado a partir dos anos 60. Esse desenvolvimento precisava, antes de tudo, não educar a grande massa de analfabetos; precisava fazê-los eficientes como mão-de-obra das multinacionais, das nacionais também, dos grandes escritórios, etc. A escola foi pensada como uma agência formadora desse tipo de cidadão.

Situar as pessoas no contexto geográfico e histórico não interessava. Interessava, sim, ensinar Estudos Sociais, em que se davam noções de cidadania, em que se desenvolvia uma capacidade de pensar através de sua língua, da ciência, etc., sob uma lógica que se lhes permitisse colocar-se a serviço de uma eficiência maior. Era preciso ensinar às pessoas um mínimo necessário para que pudessem trabalhar em escritórios, para que pudessem entender a máquina, para que soubessem receber ordens.

Depois de tudo isso, nós, professores, acordamos. Ou, por outro lado, nos acordaram. O que nos acordou foi o próprio povo. O próprio povo que começou a não se interessar pelos conteúdos. O povo que passou da fase fascinante para a rotina maçante. E nós começamos a nos sentir fracassados.

O que está acontecendo hoje no Brasil que nos obriga a acordar é que a sociedade não quer de nós que façamos do ensino da língua simplesmente um momento para conscientizar. O que devemos saber é que ensinar a língua é, em si, uma tarefa política. Mas como, se é uma tarefa tão maçante, tão enjoada? O problema que me parece haver hoje no Brasil é que o povo foi excluído da escola para que não dominasse a língua, para que não se situasse no espaço geográfico, para que não tivesse consciência histórica, para que não estivesse instrumentalizado, nem para viver como gente, nem para exercer uma cidadania. O povo sempre foi marginalizado. Nós estamos pensando num esquema de modelo capitalista liberal, onde o povo já foi introduzido como cidadão através da escola, e estamos preocupados agora em não fazer da escola uma agência inculcadora da ideologia dominante. O mais grave no Brasil é que a escola nunca existiu para o povo. Apenas 8% dos que entram para a escola chegam a completar a 4ª ou a 5ª série.

Os problemas, para mim, se situam em se ter consciência de que ensinar a língua é dominar a língua, sobretudo ser capaz de se expressar, defender seus direitos oralmente. A nossa escola, ao contrário, se preocupa em ensinar a expressão escrita, primordialmente, enquanto a cultura do nosso povo é basicamente oral. Num grupo social, o domínio da língua é a independência desse grupo social.

Eu acho mais importante olhar pra baixo, mais do que pra cima, quando temos de repensar nossa função política e nossa função como professores. Vamos pensar o que está sendo demandado para o povo com relação ao ensino da língua portuguesa. Nesse aspecto, eu concordo com o

conferencista.

Um outro aspecto para o qual eu chamaria a atenção é sobre o que está vindo do MEC, que vem para encobrir o que está por baixo. De vemos ter muito cuidado com a perspectiva do MEC hoje, que é a de retomar todo o nosso discurso anterior de que à educação falta uma dimensão política. Hoje já se fala em dar consciência às camadas subalternas, em aproveitar as capacidades organizativas das comunidades de base, para usar o ensino como espaço político. Hoje se fala em educação para a sobrevivência do indivíduo. Por que tudo isso ?

A meu ver, isso implica retomar novamente a função socializante típica do discurso liberal num momento em que os profissionais da educação, os professores, estão reencontrando a sua função política. Trata-se de redefinir a nossa função política num discurso liberal, enquanto a nossa função política estava caminhando para uma perspectiva de classe. Redefinir a demanda da educação, que as camadas subalternas estavam colocando numa perspectiva de classe, numa perspectiva geral, de comunidade. Não se fala mais em linguagem para se defender, mas em linguagem como transmissora de cultura nacional. Essa é uma tentativa de controle da cidadania, que as classes subalternas, a muito custo, estavam conquistando. A escola está sendo redefinida para ser colocada a serviço de uma cidadania controlada. Nós temos de estar atentos para o fato de que, na história do Brasil, quanto mais liberal foi o discurso, mais autoritária foi a prática, e isso é típico de agora. De acomo com a política atual, a escola deve oferecer um mínimo necessário para formar o cidadão. A partir daí, pode haver outros mecanismos de controle, como, por exemplo, o desemprego.

À nossa atitude diante dessa situação deve ser a de retomar tudo isso e redefinir a educação com a perspectiva de classe, além de miitas outras atitudes que ainda devem ser levantadas e debatidas.

II. PROF. GUIDO ALMEIDA (Faculdade de Educação da UFG)

O ensino, seja do que for, é um processo de comunicação. O ensino de Português é um processo de comunicação em que o conteúdo é o código da comunicação. Então, isso o torna muito específico. Nós temos, realmente, de instrumentalizar o aluno; a nossa grande especificidade é essa: a de dar a ele o instrumento. Parece que é pouco, mas não é, fornecer-lhe o instrumento para ele se conscientizar.

Todo professor de Português já deve ter visto os objetivos que vêm explicitados nos livros, às vezes exageradamente explicitados, porque nós tivemos a época do tecnicismo, do exagero na explicitação dos objetivos e metas — a meta como algo mais difícil de ser alcançado. Eu pergunto: a soma dos objetivos operacionalizados será igual à meta? Ou seja, a soma das partes é igual ao todo? Será preciso que eu alcance todos os objetivos para, somados, alcançar a meta? Ou algumas pessoas atingem a meta muito antes dos objetivos? Será que eu não faço pouco das pessoas, achando que elas precisam somar pedacinhos, sem "insight"? A meta nem sempre é a soma; ela é até mais do que a soma, e ela pode ser atingida até sem a soma.

Nesse processo de comunicação em que nós trabalhamos, nessa instrumentalização do aluno em relação aos códigos que ele vai usar durante a sua vida, nós temos os objetivos de habilidades intelectuais, além dos objetivos de mero conhecimento. É aquela conhecida teoria do Bloom da área cognitiva: nós adquirimos conhecimentos que são mera base para o desenvolvimento de habilidades intelectuais, ou seja, jogar conhecimentos uns com os outros para sermos capazes de, com a terminologia que nós temos, com o conhecimento de metas que nós temos, sermos capazes de traduzir, interpretar, aplicar, analisar, sintetizar e julgar as coisas. A partir do momento em que o professor de Português está preocupado com o seu aluno na sala de aula, nesse minúsculo espaço que é a sala

de aula, preocupado em alcançar objetivos no que se referem ao desenvolvimento de habilidades intelectuais, ele está indiretamente, ou, talvez, diretamente, criando a possibilidade de o aluno criticar as coisas, de o aluno perceber a falácia das informações que ele recebe, principalmente se o professor usa de uma metodologia, de uma didática, de procedimentos dentro da sala de aula que fazem com que o aluno chegue à crítica, ao julgamento, à aceitação, à negação dos fatos. Nós podemos fazer tudo isso sem a preocupação explícita de criticar o sistema.

Hoje, na Faculdade de Educação, nós dedicamos algumas aulas, alguma unidade de ensino ao estudo da linguagem para convencer, que recebemos a todo momento, e sobre isso o seu livro (*) fala muito bem. Analisamos esse tipo de linguagem não só na área publicitária de bens materiais, como também na linguagem de ideologia, em que podemos perceber os recursos lingüísticos, os jogos de palavras, as associações que se fazem para convencer o usuário a comprar determinado produto, seja ele material ou idéia de alguém.

Eu sempre procuro trabalhar com os alunos no sentido de, com futuros professores de Comunicação e Expressão, nunca impedirem a aula de ser uma comunicação interpessoal - um relacionamento gente-gente, professor-aluno. Impedirem a aula de se tornar uma situação de comunicação de massa que a própria instrução às vezes força, quando se incide no exagero da instrução. Quando se treinam, quando se adestram as pessoas, passa-se a usar aqueles procedimentos tão criticados.

Aqui, temos uma observação a fazer, especialmente para o nosso conferencista, que é professor e autor de livro didático. Existe uma tese de uma professora de Campinas, Eriides Peçanha, sobre o livro didático

(*) LIMA, Rosângela Borges & CUNHA, Carlos Maciel da: *Guia Pedagógico e Metodológico para a Série Criatividade em Comunicação*. Belo Horizonte, Vigília, 1980.

e sobre o livro didático de Português, em especial, em que se chegou à seguinte conclusão: o manual didático no Brasil tem sido o material único e exclusivo do processo educacional, do processo instrucional. O professor usa o livro como mero intermediário entre o autor e o aluno. Então nos perguntamos: o que está nesta sala de aula em que o professor tem usado o livro como único instrumento - em que a aula é o livro ? Daí a necessidade de os autores tomarem a responsabilidade de fazerem livros excelentes, perfeitos. O ideal seria que a didática do professor, a sua metodologia, o seu procedimento que desenvolve com os alunos nascessem da aula. Mas nós sabemos que o que anda acontecendo no país inteiro, em todas as disciplinas, e, mais gravemente, com o Português, é que os alunos são recebedores de uma mensagem cuja fonte não é o professor. O professor é um mero intermediário, e isso revela, de uma certa maneira, que os professores não estão bem formados para desempenharem a sua função de professor-educador.

Quanto a isso, é evidente que não há uma neutralidade da nossa parte. Em nenhuma atividade humana existe neutralidade, mas será necessário, na disciplina Comunicação e Expressão, o professor querer conscientizar ? Até que ponto podemos nos dar o direito de dizer: eu vou conscientizar ? Se eu vou conscientizar , naturalmente eu vou transmitir a minha visão de mundo. Será que a minha visão de mundo é a melhor ? Será que a visão dos alunos que estão saindo das Faculdades de Letras, de Educação é bastante ampla, isenta e rica para que seja transmitida, até em detrimento da transmissão do conteúdo específico da disciplina?

O conferencista fez a crítica ao tecnicismo; nós também fazemos. Mas quando se disse que há a necessidade de o educador ter metas, exemplificou-se apenas na área da Educação. Não será exatamente nos métodos que teremos de mexer ? Não será essa a nossa obrigação e não será para isso que temos competência ? Pode ser que, atuando nesse ponto, estejamos atingindo o sistema. É evidente que temos de ter as metas bem claras para

nós. Mas sabemos que as metas são muito distantes; os objetivos é que são próximos. E não temos também a inocência de achar que, atingidos os objetivos, as metas estarão inteiramente alcançadas. Mas é onde nos é dado trabalhar.

Outro aspecto que eu gostaria de abordar é o que se relaciona com os dois tipos de linguagem mencionados pelo conferencista, principalmente no seu livro(*): a língua do poder - a língua da submissão. Ali, diz-se que o mundo é uma vasta fazenda constituída de senhores e numerosíssimos escravos e que a língua dos senhores é a que deve ser ensinada. E que, por outro lado, se acreditarmos que o mundo é uma pátria de irmãos, deve-se ensinar a língua da fraternidade. Mas eu pergunto: essa língua da fraternidade existe? Será que se eu for ensinar a língua da fraternidade eu não vou ensinar uma língua falsa?

Quanto ao problema da classe dominante, trata-se de uma matéria bastante complexa. Eu, por exemplo, nunca sei se sou dominado ou dominante. O certo é que somos dominados por quem está em cima e dominamos quem está em baixo. A meu ver, essa expressão já está ficando tão desgastada quanto as palavras: didática, metodologia, etc.

No que diz respeito à solidariedade aos amigos, aos pobres, à humanidade, etc. que o conferencista menciona em seu livro, dentro das metas educacionais, eu pergunto: por que ele exclui os ricos e os inimigos? Isso me parece incoerente.

Finalmente, eu voltaria à especificidade do professor de Português. Cabe a ele treinar o uso das habilidades intelectuais: treinar o pensamento, a crítica, o perceber opiniões, fatos, falácias, ironia, sarcasmo, tudo isso. Se o professor cumprir essas tarefas, como objetivo principal, já estará bom demais.

(*) Obra já citada.